

## **EMENDA Nº 2**

(ao PLS nº 458, de 2013)

Altere-se a redação proposta ao § 18 e ao § 19 do art. 2º incluído no art. 1º do PLS 458, de 2013, passando a ser:

“ Art. 2º .....

§ 18. A verificação das condições de elegibilidade das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família deve ser realizada pelo menos a cada dois anos, no que se refere ao cumprimento das condicionantes de frequência escolar e aos programas de saúde relacionados aos membros da família beneficiária, ao cumprimento por parte dos membros adultos de condicionantes referentes à frequência em cursos profissionalizantes e às respostas às ofertas de trabalho apresentadas pelo sistema público de emprego, bem como à observação sobre a ação das políticas públicas auxiliares que devem ser ofertadas pelo Poder Público no que se refere especialmente à profissionalização, atualização profissional e intermediação de emprego.

§ 19. É garantido aos beneficiários do Programa Bolsa Família o recebimento dos benefícios pelo prazo de seis meses após a comunicação formal de exclusão do Programa em razão de não enquadramento nas condições de elegibilidade.”

## **JUSTIFICAÇÃO**

Sem o Programa Bolsa Família o Brasil viveria uma tragédia social. Mas daqui a 20 anos, se o Brasil ainda precisar da Bolsa Família, o país estará enfrentando uma tragédia histórica de seu projeto de nação. É inadmissível imaginar que nosso país com todo seu potencial terá necessidade de Bolsa Família para sempre. É inadmissível manter 20% de nossas famílias dependendo de ajuda pública para sua sobrevivência.

Contudo, os nossos governantes não estão trabalhando no sentido de construir uma nação onde nenhuma de suas famílias precise de

Bolsa Família para sobreviver. Os governantes têm comemorado o aumento no número de beneficiados a cada ano e na redução no número de famílias necessitadas. A consequência é que hoje, vinte anos depois da primeira experiência de transferência de renda condicionada nos governos do Distrito Federal e Campinas, treze anos depois de sua disseminação por todo o país, no governo Fernando Henrique Cardoso, e dez anos depois de sua ampliação no governo Lula, há provavelmente muitas mães do Bolsa Família que foram meninas de Bolsa Família.

Para superar isso, é fundamental que sejam observados com bastante atenção, por parte de todos os envolvidos na complexa teia institucional do Programa Bolsa Família, os estímulos necessários à empregabilidade dos beneficiários do Programa Bolsa Família, especialmente no que se refere ao acesso de educação de qualidade à todas as crianças e oferta de cursos profissionais aos pais e de priorização nos serviços públicos de intermediação de emprego.

A nova redação dada aos parágrafos adicionados pelo Senador Aécio Neves ao art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, preservam a preocupação ao autor com respeito à garantia dos direitos dos beneficiários do Bolsa Família ao mesmo tempo em que incorpora a atenção necessária às políticas públicas complementares que devem ser desenvolvidas para promover a autonomia das famílias.

Sala da Comissão,

CRISTOVAM BUARQUE  
Senador